

Conhecimento sobre Homeopatia e Fitoterapia em comunidade universitária

Knowledge about Homeopathy and Phytotherapy in a university community

Luana Souza Amorim

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: luanassamorim@gmail.com

Heloísa Nunes Brandão

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: heloisanb@hotmail.com

Leonardo de Freitas Ferreira

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: leofferreira@gmail.com

Climério Avelino de Figueredo

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: climerioaf@bol.com.br

Maria do Socorro Sousa

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: marisousa@terra.com.br

Danielly Albuquerque da Costa

Universidade Federal da Paraíba, E-mail: daniellyalbuquerquecosta@gmail.com

Resumo: As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) são definidas como um grupo de diversos sistemas médicos e de cuidado à saúde que não estão presentes na medicina convencional, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA). O objetivo deste estudo foi verificar o conhecimento sobre Homeopatia e Fitoterapia, da comunidade interna e externa que frequenta o Campus I, da UFPB. Foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória. A amostra total da pesquisa foi de 815 pessoas, sendo 628 discentes, 83 docentes, 34 técnicos (administrativos e terceirizados) e 70 usuários de serviços ambulatoriais. Um questionário previamente elaborado, contendo 16 questões objetivas sobre dados sociodemográficos, conhecimento sobre Fitoterapia e Homeopatia e reconhecimento científico das duas terapias foi aplicado. Os dados coletados foram analisados e posteriormente representados através de tabelas, agrupados e distribuídos conforme frequência e percentuais nos softwares Excel e Word. Apesar da maioria afirmar que Fitoterapia e Homeopatia são terapias distintas, muitos não sabiam seus princípios, evidenciando uma falta de divulgação e conhecimento geral sobre as mesmas. Mesmo com a introdução gradativa das PICs nos cursos de saúde, seu caráter é predominantemente optativo e ainda parece haver resistência quanto a sua inserção, dificultando, assim a sua divulgação, ensino e pesquisas. Embora tenha sido realizada no âmbito acadêmico, a grande maioria dos entrevistados demonstraram um conhecimento superficial a respeito destas práticas.

Palavras-chave: Terapias complementares. Instituições de ensino superior. Disseminação de informação.

Abstract: The Integrative Complementary Practices (ICPs) are defined as a group of diverse medical and health care systems that are not present in the conventional medicine, which are also known by the World Health Organization as Traditional and Complementary/Alternative Medicine. The objective of this study was to verify the knowledge about Homeopathy and Phytotherapy, of the intern and extern community that frequent the *Campus I* of the UFPB. It was realized an exploratory research. The total sample of the research was composed of 815 people, with 628 students, 83 professors, 34 technicians (administrative and outsourced) and 70 users of ambulatory services. It was applied a previously elaborated questionnaire, with 16 objective questions about socio-demographic data, knowledge about Phytotherapy and Homeopathy and scientific recognition of the both therapies. The data collected were analysed and later presented through tables, grouped and distributed considering the frequency and percentages in the Excel and Word software. Despite the most part affirm that Phytotherapy and Homeopathy are distinct therapies, many did not know their principles, what evidences a lack of divulgation and general knowledge about them. Even with the gradual introduction of the ICPs in the health courses, their character is predominantly optative and still seems to have resistance related to their insertion, what hampers their divulgation, teaching and research. Nevertheless it was realized in the academic sphere, the vast majority of the interviewees demonstrated a superficial knowledge about these practices.

Key words: Complementary therapies. Higher education institutions. Dissemination of information.

Recebido em: 05/05/2020

Aprovado em: 10/06/2020



INTRODUÇÃO

Atualmente é possível observar duas vertentes na saúde, de um lado, os avanços tecnológicos com novas descobertas no campo da genética, terapêuticas medicamentosas avançadas e diagnósticos através de exames sofisticados onde a ênfase é dada à máquina e à investigação da doença. E no outro, o crescimento de práticas ditas complementares, alternativas ou tradicionais, as quais, na grande maioria, não requerem alta tecnologia e a terapêutica e o diagnóstico buscam compreender o doente (SOUZA, 2004).

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) são definidas como um grupo de diversos sistemas médicos e de cuidado à saúde que não estão presentes na medicina convencional. O campo das PICs contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA), (OMS, 2006). Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de abordagens eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico profissional-paciente e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado (TELESI JÚNIOR, 2016).

As PICs têm consolidado seu espaço junto às práticas de saúde. Adotada de maneira individual ou articulada ao tratamento alopático, essas práticas são um novo campo de atuação na assistência. As terapias, que eram fruto das tradições culturais, passaram a ser validadas e adquiriram cientificidade e reconhecimento pela biomedicina e pelos profissionais da saúde, como importante recurso terapêutico para a população (ARAÚJO, 2013). Apesar da maioria das práticas utilizadas em terapias complementares terem surgido na antiguidade, elas foram redescobertas, somente nas últimas décadas, devido ao movimento de mudança de paradigma de compreensão do mundo contemporâneo trazendo novas concepções e modelos na assistência à saúde (SALLES, 2011).

A OMS vem estimulando o uso da Medicina Tradicional/Medicina Complementar/Alternativa nos sistemas de saúde de forma integrada às técnicas da medicina ocidental modernas preconizando o desenvolvimento de políticas de saúde observando os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso (KUREBAYASHI, 2009). No Brasil, com a publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), através da Portaria MS Nº 971/2006, a Homeopatia, as Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Medicina Antroposófica e o Termalismo Social-Crenoterapia foram institucionalizados no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, os sistemas de cuidados de diversas culturas tradicionais precisam ser conhecidos,

estudados e integrados ao modelo holístico de saúde que se quer. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Núcleo de Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas (NEPHF) e o Departamento de Fisiologia e Patologia (DPF) têm desenvolvido, ao longo dos últimos 20 anos, atividades de extensão e estudos relacionadas a essas práticas, proporcionando espaço de aprendizado para discentes da graduação e pós-graduação, e comunidade externa. Estas experiências têm demonstrado resultados positivos e despertado entre os acadêmicos o interesse em realizar pesquisas nesta área de conhecimento.

Apesar do uso dessas práticas estar aumentando, a maioria dos profissionais da área da saúde, por não ter formação a respeito das Terapias Integrativas, possuem conhecimento insuficiente e difuso, o que pode ser responsável por conceitos equivocados (NASCIMENTO et al., 2018; TEIXEIRA E LIN, 2013; SALLES, 2008 apud THIAGO e TESSER, 2011). Tais aspectos se refletem no que tange ao conhecimento sobre mecanismos de ação, indicações, interações medicamentosas e efeitos adversos destas terapêuticas. Quando as Instituições de Ensino Superior ofertam nos currículos dos cursos da área da saúde a vivência com Práticas Integrativas e Complementares durante a formação desses profissionais, promove-se um foco humanizante nos cuidados à saúde, desenvolvendo outras habilidades nas tomadas de decisões clínicas e provendo novos conhecimentos para futuras pesquisas.

É imprescindível que os discentes da área de saúde conheçam e valorizem as práticas alternativas, confrontem com as terapêuticas existentes e possam emancipar-se enquanto profissionais, de modo a ocupar esse espaço, transformando a assistência em um cuidado mais amplo, humano e capaz de potencializar a autonomia do outro. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo verificar o conhecimento da comunidade interna e externa que frequenta o Campus I, da UFPB, acerca de noções básicas de Homeopatia e Fitoterapia, proporcionando aos discentes da área da saúde que cursam as disciplinas de Fitoterapia e Homeopatia, oportunidade de participarem ativamente em uma pesquisa de campo, ao mesmo tempo despertando nestes e nos entrevistados a importância de dominarem esta temática.

MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa (SILVA e MENEZES, 2001), realizada no período de abril 2017 a abril de 2019, no Campus I da UFPB, situada na cidade de João Pessoa-PB, desenvolvida após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 67175717.0.0000.5188, número do parecer: 2.140.477, conforme diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A amostra foi constituída pela comunidade interna e externa da UFPB, sendo: 628 discentes, 83 docentes, 34 técnico-administrativos e funcionários terceirizados, assim como 70 usuários de serviços

ambulatoriais. O instrumento de coleta foi um questionário contendo 16 questões objetivas sobre dados sociodemográficos, conhecimento sobre Fitoterapia e Homeopatia e reconhecimento científico das duas terapias.

A coleta de dados foi realizada em quatro períodos letivos consecutivos (2016.2, 2017.1, 2017.2 e 2018.1), de acordo com o calendário vigente da Instituição, e a aplicação do questionário foi feita, respectivamente, aos discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e/ou terceirizados e usuários dos ambulatórios que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os questionários foram aplicados por alunos oriundos das disciplinas de Fitoterapia e Homeopatia. Estes, juntamente com os docentes das referidas disciplinas, participaram da análise dos dados, que foram representados através de tabelas, agrupados e distribuídos conforme frequência e percentuais, sob o ponto de vista do método quantitativo, nos softwares Excel e Word.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada na UFPB, Campus I, em 27 diferentes setores, entre Centros Acadêmicos, Pró-Reitoria, Prefeitura Universitária, Bibliotecas, Restaurante Universitário, Escola Técnica de Saúde, entre outros. Foram entrevistados 628 discentes, 83 docentes, 34 funcionários (técnicos administrativos e terceirizados) e 70 usuários de terapias integrativas, totalizando 815 sujeitos. Destes, a maioria dos entrevistados (70,4 %) pertenciam ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), que abrange os cursos de

Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Educação Física, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional, Biomedicina, além dos alunos da Escola Técnica de Saúde.

A faixa etária dos entrevistados variou de 18 a 67 anos, com uma maior concentração entre 19-32 anos. Prevaleceu o sexo feminino 64,3% (n= 524). Com relação à religião 79,7% (n= 650) afirmaram seguir alguma, enquanto 20,3% (n= 165) responderam não ser adepto à nenhuma. Considerando que a maioria dos entrevistados eram alunos, 62,2% (n= 507) declararam não estar trabalhando. Com relação à renda familiar, representados por aqueles que declararam estar trabalhando, das 308 respostas (levando-se em conta que a amostra inclui discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos, funcionários terceirizados e usuários), 29,2% (n= 90) afirmaram ter uma renda entre 2-5 salários mínimos, 22,1% (n= 68) entre 5-10 salários mínimos, 21,4% (n= 66) 1-2 salários mínimos, 16,2% (n= 50) acima de 10 salários mínimos e 11,2 % (n= 34) renda de até 1 salário mínimo.

Em um estudo realizado por Loch-Neckel et. al. (2010 em uma universidade localizada no Sul do Brasil, para investigar as percepções de estudantes dos cursos de Farmácia, Medicina e Odontologia sobre a Homeopatia e sua prática no SUS, verificou-se que a maioria dos entrevistados eram do sexo feminino (67,9%) e tinham entre 19 e 27 anos (77,4%), destacando-se 5 entrevistados com mais de 40 anos, assemelhando-se com os dados da presente pesquisa.

A respeito de conhecer ou não a Fitoterapia, 783 responderam a esse quesito, como demonstrado na Tabela 1..

Tabela 1. Respostas para: “Você conhece a Fitoterapia?”

Respostas	Discentes (n =603)	Docentes (n=81)	Funcionários (n=34)	Usuários (n=65)
SIM	67,70%	93,80%	29,40%	76,90%
NÃO	32,30%	6,20%	70,60%	23,10%

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas dadas sugerem que o termo científico “Fitoterapia” ainda não é do domínio da comunidade em geral. Como mostra o resultado, quem mais respondeu “SIM” foram os docentes, seguidos pelos usuários e discentes. Dos funcionários como um todo (técnico-administrativos e terceirizados), apenas 29,4% responderam que conheciam essa terapia. Admitimos que toda a população entrevistada conhece a Fitoterapia e se o termo utilizado no questionário fosse “Plantas Medicinais” ao invés de Fitoterapia, provavelmente o percentual de resposta positiva seria próximo a 100% em todos os grupos. Vale ressaltar que o termo Fitoterapia engloba o uso da planta medicinal, de forma caseira, o medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, estes últimos, industrializados e submetidos a testes de controle de qualidade, segurança e eficácia (LEITE, 2009).

Para a mesma pergunta relativa à “Homeopatia”, dos 807 sujeitos que responderam a este quesito, a grande maioria dos usuários e docentes responderam positivamente, enquanto a resposta dos funcionários e discentes foram percentualmente próximas. Entende-se que os docentes são detentores de mais informação e como a Homeopatia ainda é pouco conhecida e utilizada pela população em geral, apenas aqueles que usam afirmaram que a conhecem. O baixo percentual de respostas afirmativas dos discentes e funcionários reflete o panorama da comunidade em geral. A Tabela 2 mostra em percentual esse resultado.

Todavia, dentre as pessoas que afirmaram conhecer a Homeopatia, a maioria (73,2%) relatou nunca ter feito o uso dessa terapia, demonstrando que essa prática ainda é pouco difundida, quando comparada a Alopatria. Esses dados são corroborados por Loch-Necke et. al. (2010) em pesquisa feita com

acadêmicos da área de saúde, pois quando questionados se faziam uso da Homeopatia como terapêutica, apenas 13,2% responderam afirmativamente.

Ao serem questionados se a Fitoterapia e a Homeopatia são terapias iguais ou distintas, a maioria respondeu que são distintas (Tabela 3).

Tabela 2. Respostas para: “Você conhece a Homeopatia?”

Respostas	Discentes (n=620)	Docentes (n=83)	Funcionários (n=34)	Usuários (n=70)
SIM	58,90%	89,20%	47,10%	92,90%
NÃO	41,10%	10,80%	52,90%	7,1%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3. Respostas para: “Para você a Homeopatia e a Fitoterapia são:”

Respostas	Discentes (n=623)	Docentes (n=83)	Funcionários (n=34)	Usuários (n=69)
Terapias distintas	95,00%	97,60%	82,40%	98,60%
Terapias iguais	5,00%	2,40%	17,60%	1,40%

Fonte: Dados da pesquisa

Essas respostas indicam que a população estudada tem ideia de que estas terapias são distintas, mas não receberam informações suficientes sobre as diferenças entre ambas, seja na sua formação acadêmica, seja por divulgação e informação à comunidade em geral. Isso fica bem claro nas respostas quando questionados quanto aos aspectos e fundamentos destas terapias como demonstrado nas

Tabelas 4 e 5. Este fato foi corroborado em pesquisa feita por Dias et al. (2014) com usuários do SUS maiores de 18 anos, escolhidos aleatoriamente, que estavam na Farmácia Central para a retirada de medicamentos, onde demonstra que apesar de afirmarem que Fitoterapia e Homeopatia são terapias distintas, a maioria (74%) dos entrevistados as confundiu.

Tabela 4. Respostas para: “o que é Fitoterapia?”

Opções sobre o conhecimento do que é Fitoterapia	Discentes (n= 616)	Docentes (n= 82)	Funcionários (n= 33)	Usuários (n= 70)
Tratamento só com plantas medicinais	74,50%	85,40%	39,40%	64,30%
Tratamento com energia	4,70%	4,90%	3,00%	5,70%
Tratamento baseado nas leis dos semelhantes	1,50%	2,40%	9,10%	1,40%
Tratamento do todo	8,30%	13,40%	9,10%	10,00%
Tratamento com princípios ativos	20,30%	29,30%	9,10%	25,70%
Tratamento com chá, xarope, lambedor, tintura.	30,70%	41,50%	24,20%	41,40%
Tratamento sem efeito colateral	5,50%	7,30%	6,10%	8,60%
Tratamento que pode ocorrer eliminação (pode agravar, botar a doença pra fora)	6,70%	8,50%	3,00%	12,90%

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a Fitoterapia, com exceção dos funcionários, a maioria dos entrevistados consegue relacionar que é um tratamento só com plantas medicinais, embora no quesito sobre a forma de uso como chá, xarope, lambedor e tintura, menos da metade correlaciona essa forma de apresentação à Fitoterapia.

A ação da Fitoterapia é proveniente dos vários constituintes químicos ativos existentes nas plantas usadas como matéria-prima. Menos de 30% dos sujeitos têm a compreensão de que o tratamento com a Fitoterapia envolve princípios ativos. Esse entendimento reflete quando apenas aproximadamente 7% deles identificam a possibilidade de efeito colateral no uso dessa terapia, remetendo ao conceito equivocadamente aceito como verdade para a maioria da população de que: "o que é natural não faz mal". O

fato da maioria das pessoas não associarem o uso de plantas à constituintes ativos, muitas vezes, faz com que usem as plantas medicinais indiscriminadamente, sem considerar que os constituintes químicos podem gerar reações intrínsecas como toxicidade, overdose, interação com outros fármacos ou até mesmo reações idiossincráticas, entre outras (SILVEIRA et al., 2008).

A partir do raciocínio equivocado de que as plantas são naturais e inócuas, tem sido excluído o cuidado de considerar reações de interação no caso do uso concomitante de plantas e outras terapias que envolvam substâncias quimicamente ativas (ALEXANDRE et al., 2008; NICOLETTI et al., 2010; TEIXEIRA e LIN, 2013). Assim como, observar indicação e dosagem adequada no grupo etário infantil e geriátrico, evitando overdoses, e contraindicar o uso dessa terapia durante a gravidez, considerando a

possibilidade de ações abortivas e/ou teratogênicas e/ou mutagênicas (ARAÚJO, 2013; BAKKE, 2008;

CAMPESATO, 2005; COSTA, 2012).

Tabela 5. Respostas para: “o que é Homeopatia”

Opções sobre o conhecimento do que é Homeopatia	Discentes (n= 612)	Docentes (n= 81)	Funcionários (n= 33)	Usuários (n= 70)
Tratamento só com plantas medicinais	20,10%	8,60%	63,30%	25,70%
Tratamento com energia	21,10%	28,40%	3,00%	20,00%
Tratamento baseado nas leis dos semelhantes	22,70%	33,30%	0,00%	31,40%
Tratamento do todo	29,90%	43,20%	0,00%	28,60%
Tratamento com princípios ativos	31,00%	43,20%	12,10%	30,00%
Tratamento sem efeito colateral	16,30%	12,30%	6,10%	17,10%
Tratamento que pode ocorrer eliminação (pode agravar, botar a doença pra fora)	12,30%	23,50%	18,20%	12,90%

Fonte: Dados da pesquisa

A Homeopatia tem como pilares: a lei dos semelhantes, experimentação no homem são, medicamento diluído e dinamizado (energizado) e medicamento único (representando o todo do ser). As respostas dos entrevistados sobre o que é a Homeopatia (Tabela 5), mostraram que apenas uma pequena parcela (entre 20-40%) de discentes, docentes e usuários correlacionou a Homeopatia aos seus princípios, ou seja, tratamento baseado nas leis dos semelhantes, tratamento do todo e tratamento com energia (vital). Quadro semelhante de desinformações sobre os preceitos homeopáticos foi encontrado em discentes nas Faculdades de Medicina de diversos estados brasileiros (PR, SP, MG, DF, GO, AL, PE, RN), (TEIXEIRA, 2007).

A maioria dos funcionários concebe a ideia que a Homeopatia é um tratamento só com plantas e desconhece qualquer relação com a lei dos semelhantes e a totalidade do ser. Poucos desse grupo relacionaram esse tipo de tratamento com energia, ao mesmo tempo que na Tabela 4, apenas 39,4% associaram as plantas medicinais com o termo Fitoterapia, deixando transparecer que essas pessoas acreditam que a Homeopatia trata só com plantas, e não compreendem exatamente o que é tratamento com Fitoterapia. É comum as pessoas referirem que se tratam com Homeopatia, mas citam como medicamento, o nome de uma planta ou um produto fitoterápico. Quando questionados se a Homeopatia é um tratamento com princípios ativos, do grupo de docentes (43,2%), respondeu de forma equivocada, isto é, que essa terapia envolve princípios ativos.

Aqueles participantes (entre 20-30%) da pesquisa que demonstram ter informações suficientes sobre as bases fundamentais da Homeopatia e da Fitoterapia, sugere corresponder à parcela de discentes

e/ou docentes que interage com às disciplinas ofertadas no CCS e do Centro de Ciências Médicas (CCM).

Do total dos entrevistados (n= 815), somente 22,8% (n=234) da amostra afirmaram utilizar Homeopatia. Destes, 77,4% disseram não ter feito associação dessa terapia com outra, enquanto 22,6% afirmaram usar a Homeopatia concomitante com outra terapia. Quando questionados sobre o tempo que esse grupo utiliza a Homeopatia, 38% responderam usá-la de 0 a 1 ano, 27,8% de 1 a 5 anos, 24,4% acima de 10 anos e 9,8% de 5 a 10 anos. Os dados sugerem que a procura por essa terapia vem crescendo, quando o maior percentual se encontra entre 0-5 anos.

Com relação a indicação para uso da prática homeopática, 60,7% dos usuários afirmaram utilizar a Homeopatia a partir da indicação de profissionais especializados, 26,3% por indicação de familiares, 6,3% por farmacêuticos, 5,4% por pessoas da comunidade, 3,1% através da indicação de estudantes, e 5,4% por indicação de outros. Na pesquisa de Feitosa et al. (2019), realizada em clínica pública e privada do município de João Pessoa-PB, foi identificado que a maior parte das pessoas (55%) procurou a Homeopatia por indicação de amigos e familiares, seguida da indicação por médicos (32%), divergindo dos dados encontrados anteriormente. Entende-se que, como o presente estudo foi realizado dentro do âmbito de uma academia o peso das informações ou indicações de profissionais é coerente.

Em relação ao encaminhamento das pessoas para serviços com atendimento homeopático, prevaleceu a indicação por amigos e familiares.

Na Tabela 6 estão expressos os motivos que levaram os 234 usuários a procurar tratamento com a Homeopatia.

Tabela 6. Respostas para: “motivo da procura da Homeopatia como opção terapêutica”

Alternativas	%
Por aconselhamento de amigos e/ou familiares	33,20
Porque é um tratamento natural	32,70
Porque não obteve sucesso com o tratamento alopático	21,7,
Porque foi encaminhado por um médico ou outro profissional da área	20,80
Porque não tem efeito colateral	6,60
Outros motivos	6,20
Por ser um tratamento barato	1,80

Fonte: Dados da pesquisa

A partir do modo de ação da terapia homeopática, a sua atuação contempla situações ou quadros mórbidos, por vezes, de difícil tratamento pela medicina alopática, a exemplo das patologias alérgicas, infecções de repetição, entre outras. Isto parece estar refletido quando a adesão à terapia se dar principalmente por aconselhamento de amigos e familiares ou quando não obteve sucesso no tratamento alopático. Quando questionados, a respeito do tipo de enfermidade que procuravam tratar, a maioria dos participantes 34,5% relatou que buscou ajuda para solucionar problemas do sistema respiratório, 33,6% procuravam tratar doenças alérgicas, 22% procurou solucionar distúrbios emocionais, 14,8% quiseram solucionar problemas do sistema digestivo e 28,2% buscaram por outros motivos.

Monteiro e Iriart (2007) realizaram um estudo envolvendo 112 usuários de uma Unidade de Saúde do SUS, Salvador, Bahia. Constataram que a maior parte das pessoas entrevistadas não procurou a Homeopatia em decorrência de um conhecimento prévio dessa prática; que havia o desconhecimento do que seja Homeopatia e que a procura da consulta homeopática se deu ao longo de um processo de busca de solução para um problema de saúde para o qual o tratamento convencional se mostrou ineficaz. Esses usuários chegaram ao Serviço de Homeopatia através da indicação de familiares, amigos, vizinhos ou conhecidos que tiveram uma experiência positiva com essa prática terapêutica e a recomendaram. Alguns relataram, ainda, ter recebido indicação para a Homeopatia por parte dos médicos com os quais anteriormente se tratavam.

Atualmente, no Brasil, a Homeopatia é reconhecida como Especialidade pelos Conselhos Federais de diferentes cursos da área da saúde: Medicina (Res. CFM Nº 1000/1980), Farmácia (Res. CFF Nº 232/ 1992), Odontologia (Res. CFO Nº 82/ 2008), Medicina Veterinária (Res. CFMV 625/1995), Enfermagem (Res. COFEN Nº 577/2018) e Biomedicina (Res. CFBM Nº 001/2016). A Fitoterapia não tem o reconhecimento como uma especialidade e sua prática foi regulamentada em 2006 pela Portaria 971 e Decreto Nº 8.513, que aprovaram respectivamente, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Além disso, a RDC 26/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos, garantindo controle de qualidade, eficácia e segurança desses produtos (BRASIL, 2014).

Entretanto, nessa pesquisa realizada no âmbito universitário, quando os entrevistados (docentes, discentes, técnicos e usuários) foram questionados sobre o reconhecimento científico da Homeopatia e Fitoterapia, das 815 respostas apuradas, apenas 39,1% afirmaram que ambas as terapias possuem o reconhecimento, 32,3% acreditam que nenhuma delas possui, 17% responderam que apenas a Fitoterapia possui o reconhecimento científico e 12,7% declararam

que apenas a Homeopatia é reconhecida. Segundo Tesser et al. (2018), a presença das PICs nas graduações da área da saúde no Brasil é incipiente, gerando relativa ignorância na maioria dos profissionais.

Em texto explicativo do Ministério da Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICs): quais são e para que servem, é referido que, no final da década de 70, após a declaração de Alma Ata, principalmente, em meados dos anos 80 com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, tanto sociedade civil quanto o governo federal estimulam a oferta de práticas terapêuticas que considerem o cuidado e o autocuidado, considerando o bem-estar físico, mental e social, como fatores determinantes e condicionantes da saúde. Entre as vantagens oferecidas por estas práticas, destacam-se o fato de serem tratamentos menos invasivos, além de usualmente, a maioria delas não causar efeitos colaterais prejudiciais quando comparados aos efeitos dos tratamentos convencionais (BRASIL, 2019).

Estudos sobre iniciativas brasileiras de ensino mostram interesse dos alunos no aprendizado das PICs, e embora este ensino esteja sendo introduzido, gradativamente, em cursos de graduação da área da saúde, as disciplinas têm sido distribuídas, quase todas, nos cursos de medicina, farmácia e enfermagem. O perfil dessas disciplinas tem sido predominantemente opcional e informativo, com conteúdo voltado mais para as diferenças paradigmáticas do que para a integração das PIC no cuidado integral do indivíduo (CHRISTENSEN, 2010; FEITOSA et al., 2016; NASCIMENTO et al., 2018; OLIVEIRA et al., 2017). Segundo Tesser (2018) parece haver resistência ou pouca evolução para a incorporação pelos currículos formais das PICs, o que traz como efeito dificuldades para pesquisas acadêmicas acerca do tema e conseqüentemente um maior volume de publicações.

Com base nos resultados encontrados na presente pesquisa, ficou muito claro a necessidade de ensino dessas terapias como disciplinas obrigatórias ao longo da grade curricular dos cursos da saúde, visto que a maior parte dos discente demonstra um desconhecimento acerca das bases fundamentais e reconhecimento científico das terapias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa verificou o conhecimento da comunidade interna e externa que frequentam o Campus I, da UFPB, sobre Homeopatia e Fitoterapia. Constatou-se que o termo científico “Fitoterapia” ainda não é do domínio da comunidade em geral. Menos da metade dos entrevistados entendem que o tratamento com a Fitoterapia envolve princípios ativos, isso foi confirmado quando apenas sete por cento deles identificaram a possibilidade de efeito colateral no uso dessa terapia. Compreensão equivocada também foi encontrada com relação à Homeopatia, quando muitos sujeitos afirmaram que os medicamentos homeopáticos possuem princípios ativos. Os resultados mostraram que, apesar de ter sido realizada no âmbito acadêmico,

a grande maioria dos entrevistados demonstraram um conhecimento superficial a respeito destas práticas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R.F., BAGATINI, F., SIMÕES, C.M.O. Potenciais interações entre fármacos e produtos à base de valeriana ou alho. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v.18, n.3, p. 455-463, 2008.

ARAÚJO, R.Q. et al. Análise das interações fármacos x nutrientes dentre os medicamentos mais prescritos em uma clínica geriátrica. *Revista Brasileira de Nutrição Clínica*, v.28, n.4, p. 306-310, 2013.

BAKKE, L. A. et al. Estudo comparativo sobre o conhecimento do uso de plantas abortivas entre alunas da área de saúde e da área de humanas da Universidade Federal da Paraíba. *Revista Eletrônica de Farmácia*. v.5, n.1, p. 8-15, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada Nº 26 de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre “o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos”

BRASIL.. Ministério da Saúde. Portaria 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Acesso em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares (PICS): quais são e para que servem. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares> >. Acesso em: 15/08/2019.

BRASIL. Resolução SES nº1757, de 18 de fevereiro de 2002. Contraindica o uso de Plantas Medicinais no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 20 fev; 2002, v.27, n.33. Parte I.

CAMPESATO, V.R. Uso de plantas medicinais na gravidez e risco para malformações congênicas. Tese (Doutorado em Ciências)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA. Resolução CFBM Nº 001, de 28 de janeiro de 2016. Dispõe sobre Atividade do Biomédico Acupunturista. Disponível em: <http://cfbm.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/NORMATIVA-CFBM-N1.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 577, de 05 de junho de 2018. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades. *Diário Oficial da União, Brasília (DF)*;

2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Cofen-577-2018.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF Nº 232, de 06 de maio de 1992. Dispõe sobre a assunção da Responsabilidade Técnica nas Farmácias Homeopáticas. *Diário Oficial da União, Brasília (DF)*; 1992 Jun 03 - Seção 1, Pág. 7027. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/232.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO Nº 82, de 19 de setembro de 2008. Reconhece e regulamenta o uso pelo cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal. Disponível em: http://www.croma.org.br/normas/F/federal_2008_109.pdf

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM Nº 1000, de 21 julho de 1980, Seção I, Parte II. Acrescenta na relação de especialidades reconhecidas pelo CFM, para efeito de registro de qualificação de especialistas a hansenologia e a homeopatia. *Diário Oficial da União, Brasília (DF)*; 1980. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1989/1000_1989.htm

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução CFMV Nº 625, de 16 de março de 1995. Dispõe sobre o Registro de título de especialista no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. Disponível em: <http://www.crmvrj.org.br/legislacao/texto/res625.htm>

CHRISTENSEN, M.C.; BARROS, N.F. Medicinas alternativas e complementares no ensino médico: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v.34, n.1, p.97-105, 2010.

COSTA, K. C. S. et al. Plantas medicinais com potencial teratogênico: considerações atuais. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*. v.48, n.3, 2012.

DIAS, J. S. Homeopatia: percepção da população sobre significado, acesso, utilização e implantação no SUS. *Revista Espaço para a Saúde, Londrina*, v. 15, n. 2, p. 58-67, jun, 2014.

FEITOSA, M.H.A; SOARES, L.L; BORGES, G.A. Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, n. 2, p.197-203, 2016.

FEITOSA, W. L; BATISTA, L.M.; COSTA, D.A. Perfil dos usuários de Homeopatia em estabelecimentos de saúde público e privado na cidade de João Pessoa – PB. In: COSTA, G. M; PORTO, M; L;S (Org.). *Farmácia: Tecnologia a serviço da vida*, v.2, 2020. Cap. 44. IMEA, Joao Pessoa – PB, 2020.

KUREBAYASHI, L. F. S.; OGUISSO, T.; FREITAS, G.F. Acupuntura na enfermagem brasileira: dimensão

ético-legal. Acta Paulista de Enfermagem. v.22, n.2, p 210-212, 2009.

LEITE, J. P. V. Fitoterapia Bases Científicas e Tecnológicas. Ed. Atheneu, São Paulo – SP, 2009.

LOCH-NECKEL, G.; CARMIGNAN, F.; CREPALDI, M. A. A homeopatia no SUS na perspectiva de estudantes da área da saúde. Revista Brasileira de Educação Médica. v.34, n.1, p. 82-90, 2010. 10.1590/S0100-55022010000100010

MONTEIRO, D. A.; IRIART, J. A. B. Homeopatia no Sistema Único de Saúde: representações dos usuários sobre o tratamento homeopático. Caderno de Saúde Pública, v. 23, n. 8, p.1903-1912, ago, 2007.

NASCIMENTO, M.C.; ROMANO, V.F.; CHAZAN, A.C.S. QUARESMA, C. H. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. Trabalho, Educação e Saúde, v.16, n.2, p.751-772, 2018.

NICOLETTI, M.A. et al. Uso popular de medicamentos contendo drogas de origem vegetal e/ou plantas medicinais: principais interações decorrentes. Revista Saúde, v.4, n.1, p. 25-39, 2010.

OLIVEIRA, I.F.; PELUSO, B.H.B.; FREITAS, F.A.C. Homeopatia na graduação médica: trajetória da Universidade Federal Fluminense. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 41, n. 2, p. 240-250, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Estratégia sobre medicina tradicional: 2002-2005. Genebra: OMS; 2006.

SALLES, L. F. KUREBAYASHI, L. F. S. SILVA, M. J. P. As práticas complementares e a enfermagem. Editora Yendis, São Caetano, 2011.
SALLES S. Homeopatia, Universidade e SUS: resistências e aproximações. São Paulo: Hucitec/Fapesp; 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, P. F.; BANDEIRA, M. A. M.; DOURADO, P. S. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. Revista Brasileira de Farmacognosia, v.18, n.4, p. 618-626, out/dez, 2008.

SOUZA, I.M.C. Medicina alternativa nos serviços públicos de saúde: a prática da massagem na área programática 3.1 no município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2004.

TEIXEIRA, M. Z.; LIN, C.A. Educação médica em terapêuticas não convencionais. Revista Médica (São Paulo). Out.-dez., v. 92, n. 4, p.224-235, 2013.

TEIXEIRA, M. Z. Homeopatia: Desinformação e Preconceito no Ensino Médico. Revista Brasileira de Educação Médica, v.31, n.1, p.15-20, 2007.

TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Estudos Avançados, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 99-112, Apr. 2016.

TESSER, C. D.; SOUSA, I.M.C.; NASCIMENTO, M.C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. Saúde Debate, v. 42, número especial 1, p. 174-188, 2018.

THIAGO, S.C.S.; TESSER, C.D. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. Revista Saúde Pública; v. 45, n. 2, p. 249-57, 2011.